

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 109, de 2016 (Mensagem nº 642, de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

RELATOR: Senador **ACIR GURGACZ**

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 109, de 2016 (Mensagem nº 642, de 2016,

na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

Nos termos do art. 104 combinado com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão arguir o indicado à Diretoria de quaisquer das agências reguladoras de Transportes, bem como,

apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

Estabelece o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da ANTT devem ser “brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos”.



O Senhor Marcelo Vinaud Prado é brasileiro e nasceu no ano de 1971. É bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Goiás e possui três pós-graduações na área de transportes. Uma delas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é em Regulação de Transportes Terrestres, matéria diretamente ligada às atribuições da ANTT. Outro título, na área de Transportes Urbanos, foi concedido pela Universidade de Brasília, onde o candidato também obteve o grau de Mestre em Engenharia de Transportes. Compõem o currículo, ainda, diversos trabalhos acadêmicos apresentados no Brasil e no exterior.

O histórico profissional do indicado registra que ele é servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, tendo tomado posse na ANTT no ano de 2005. Desde então, exerceu os cargos de Assessor Técnico da Diretoria Geral, de Gerente de Fiscalização, de Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, além de representar a Agência junto ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Em julho de 2015, o Senhor Marcelo Vinaud Prado, após aprovação nesta Casa, foi empossado Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, cargo para o qual busca, neste momento, recondução, nos termos do art. 54 da Lei nº 10.233, de 2001.

Constata-se que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a saber: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém, ou manteve nos últimos doze meses, vínculos com empresa exploradora de atividades reguladas pela ANTT, como exige o art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea *f*, combinado com os arts. 53, 54 e 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.



SF/17184.34573-77